

01-Uma empresa contratou um plano de previdência com cobertura de risco com taxa variável para seus funcionários, ficando responsável pelo custeio integral. Após seis meses de contrato a empresa deixou de efetuar as contribuições. O que deverá acontecer nesse caso?

a. A manutenção da cobertura, pois os colaboradores não poderão ser prejudicados.

b. A cobertura será cancelada de acordo com as cláusulas contratuais.

c. O valor da cobertura será gradativamente reduzido até que o saldo seja zerado.

d. Os colaboradores serão notificados para que assumam as contribuições.

e. A EAPC acionará judicialmente a instituidora.

2-Um corretor precisa fazer, para o seu cliente, o desenho de uma solução que considere, além da cobertura por sobrevivência, coberturas de risco. Ele identificou que esse cliente não possui dependentes financeiros e tem dificuldades em administrar o seu dinheiro. Com base nessas informações, a cobertura de risco indicada é:

a . Pensão aos menores.

b . Renda por invalidez.

c. Pensão por prazo certo.

d .Pecúlio por invalidez.

e. Renda por invalidez com prazo mínimo garantido.

3-José foi a uma corretora deciso a fazer uma contratação de PGBL. Ao preencher a proposta para contratação do seu PGBL, José informou que desejaria aplicar o seu dinheiro em um fundo que invista até 100% do capital em renda variável. Para esse cliente, o corretor deve:

a. Esclarecer que os FIE's de planos de previdência complementar não trabalham com investimentos em renda variável.

b. Verificar se José é um investidor qualificado; caso contrário, esclarecer que o limite para investimento em renda variável é de 70% do capital do fundo.

c. Identificar os fundos com essa composição e oferecê-los a José.

d. Informar para José que esse tipo de aplicação é de alto risco e que, por isso, ele deve optar por colocar o dinheiro em fundos com 100% em renda fixa.

e. Explicar para José que, de acordo com a determinação da SUSEP, um fundo pode investir, no máximo, 49% do seu capital em aplicações de renda variável.

4-O participante do plano de Previdência poderá solicitar a portabilidade, total ou parcial, para outro plano de Previdência Complementar:

a. Após metade das contribuições pagas.

b. Independentemente do número de contribuições pagas.

c. Após todas as contribuições pagas.

d. Após um terço das contribuições pagas.

e. Após um sexto das contribuições pagas.

5-Uma proposta para a criação de novos benefícios para a Seguridade Social foi rejeitada, com a justificativa de que não foram estabelecidas as respectivas fontes de custeio para tal. Analisando esse acontecimento, podemos afirmar que:

a. Isso aconteceu com respaldo no princípio básico da preexistência do custeio em relação aos benefícios ou serviços.

b. Devido ao déficit da seguridade social, a criação de novos benefícios e serviços está proibida até que as contas estejam equilibradas.

c. As fontes de custeio apenas podem ser determinadas após a criação dos novos benefícios, portanto, a proposta deveria ter sido aprovada.

d. A rejeição é inadmissível, pois novos benefícios e serviços podem ser criados livremente.

e. O princípio da diversidade da base de financiamento sustenta a criação de novos benefícios e serviços, de forma que a rejeição é indevida.

6-Um cidadão brasileiro afirma que não faz pagamentos para a Seguridade Social. Dessa forma, segundo ele, esse sistema não “vê a cor do seu dinheiro”.Nesse caso, podemos dizer que a afirmação feita pelo cidadão:

a. Está errada, pois a Seguridade Social é financiada por toda a sociedade, direta ou indiretamente.

b. Estará correta caso ele tenha feito a solicitação de exclusão pessoal do sistema e a mesma tenha sido aprovada.

c. Está errada, pois o sistema é contributivo e de filiação obrigatória, de modo que ele é obrigado a fazer os pagamentos.

d. Está correta, uma vez que, caso ele opte pela previdência complementar, estará autorizado a efetuar pagamentos apenas para as EAPCs.

e. Está correta, já que ele não faz pagamentos para a Seguridade Social.

7-A contratação de qualquer plano de previdência complementar aberta se dá mediante assinatura da proposta de inscrição. Com relação ao processo de aceitação de uma proposta de inscrição, pela Entidade Aberta de Previdência Complementar (EAPC), é correto afirmar que:

a. A partir do protocolo da proposta de inscrição, a aceitação se dá automaticamente no prazo máximo de sete dias.

b. A EAPC pode determinar limites de idade, mínimos e máximos, para ingresso em seus planos.

c. Após a aceitação da proposta de inscrição, a EAPC emite a apólice.

d. Após a aceitação da proposta de inscrição, a EAPC emite a apólice.

e. É vedado à EAPC solicitar exames complementares ou perícia médica.

8-Nos planos de Previdência Complementar Aberta com cobertura por sobrevivência, existe o resgate. A definição de resgate é:

a. O dever de depositar contribuições previamente definidas.

b. O dever de depositar contribuições variáveis.

c. O direito de movimentar os recursos da provisão matemática para outros planos.

d. O direito de retirar os recursos da provisão matemática.

e. O dever de realizar portabilidade dos recursos da provisão matemática.

9-Sobre o período de carência, estabelecido pelos planos com cobertura por morte ou por invalidez total e permanente, podemos afirmar que:

a. Será considerado quando a invalidez total e permanente for causada por acidente.

b. Não poderá ser substituído por declaração pessoal de saúde.

c. Não será considerado, quando a morte ou invalidez total e permanente for causada por acidente.

d. Será considerado quando a morte for causada por acidente.

e. Não poderá ser substituído por exame médico.

10-Carlos possui um plano de pecúlio por morte há cinco anos, mas agora, diante de uma urgência financeira, deseja usar parte do seu saldo existente nesse plano. Sobre o interesse de Carlos, é correto afirmar que:

- a. Carlos terá o resgate efetivado com base no valor dos saldos da PMBAC e da provisão técnica de excedentes financeiros até o terceiro dia útil anterior à data de pagamento.
- b. Carlos não sofrerá cobrança de quaisquer despesas por ocasião do resgate parcial.
- c. Carlos não pode obter o resgate, pois ainda se encontra em período de carência.
- d. Carlos receberá o pagamento em cheque cruzado, intransferível, crédito em conta-corrente, DOC ou TED, até o quinto dia útil subsequente às respectivas datas determinadas por ele próprio.

e. Carlos não possui direito ao resgate parcial, pois tal operação é vedada nos planos estruturados na modalidade de benefício definido.

11-Fabiana quer contratar um plano de cobertura por sobrevivência para que, quando acabar a fase de acumulação, passe a receber uma renda mensal por um período determinado de modo que possa realizar um projeto pessoal. Ela ainda relata ao corretor que no caso de seu falecimento durante o pagamento do benefício, antes de concluir o prazo indicado, a renda deverá ser paga à sua filha Manoela até que o prazo termine. A modalidade de renda ideal para Fabiana é:

- a. Renda Mensal Vitalícia Reversível ao Cônjuge com Continuidade aos Menores.
- b. Renda Mensal Vitalícia Reversível ao Beneficiário Indicado.
- c. Renda Mensal por Prazo Certo.**
- d. Renda Mensal Vitalícia com Prazo Mínimo Garantido.
- e. Renda Mensal Temporária.

12-Com relação às Entidades Fechadas de Previdência Complementar, podemos afirmar que:

- a. Seu órgão fiscalizador é a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.
- b. Seu órgão normativo é o Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP
- c. Não estão subordinadas a nenhum Ministério.
- d. Seu órgão normativo é o Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.**
- e. Encontram-se subordinadas ao Ministério do Trabalho.

13-Em relação aos planos individuais das Entidades Abertas de Previdência Complementar, podemos afirmar que:

- a. São acessíveis a qualquer pessoa física.**
- b. São organizados sob a forma de fundações.
- c. São conhecidos como fundos de pensão.
- d. Não têm fins lucrativos.
- e. São fiscalizados pela PREVIC.

14-Um trabalhador da iniciativa privada está em dúvida se ele pode escolher o regime de sua previdência social. Ao pesquisar melhor sobre o tema, ele descobriu que:

- a. A única escolha que poderá e deverá fazer é entre a previdência social e a previdência complementar.
- b. Não é possível escolher, pois os Regimes Próprios de Previdência Social são de caráter contributivo e de filiação obrigatória.
- c. Tem todo o direito de escolher, uma vez que tal escolha corresponde a um dos princípios básicos da seguridade social.
- d. A possibilidade de escolha dependerá de ter, em seu passado profissional, atuado como trabalhador do setor público e também da iniciativa privada.

e. Não pode escolher, uma vez que os Regimes Próprios de Previdência Social são voltados para os funcionários públicos e militares, restando para ele o Regime Geral de Previdência Social.

15-Uma característica do Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) é:

- a. Ser sempre estruturado na modalidade de contribuição variável.**
- b. Garantir aos participantes, durante o período de diferimento, índice de atualização de valores.
- c. Oferecer risco biométrico para a EAPC durante o período de diferimento.
- d. Garantir resultados financeiros durante o período de diferimento.
- e. Garantir aos participantes, durante o período de diferimento, remuneração mínima com base na taxa de juros.

16-Ingrid contratou um plano de previdência e sua corretora informou que ela teria uma garantia mínima de rentabilidade durante o período em que estivesse fazendo as contribuições. Ingrid ficou animada com essa informação, principalmente quando soube que receberia ainda a diferença positiva entre a garantia dada pelo plano e a rentabilidade do fundo de investimento em que o dinheiro será aplicado. A essa diferença denominamos:

a. Excedente Financeiro.

b. Excedente Técnico.

c. Adicional de Rentabilidade.

d. Adicional Financeiro.

e. Excedente de Rentabilidade.

17-Um cliente informou ao seu corretor que deseja contratar uma cobertura de risco mais flexível. Nesse caso, ele deseja uma cobertura na qual o valor do seu benefício seja calculado ao final do período de diferimento com base no valor acumulado por ele a partir de suas contribuições variáveis. Para esse cliente, o corretor deverá:

a. Explicar ao cliente que isso não será possível, pois as coberturas de risco são sempre estruturadas como benefício definido.

b. Solicitar que alguma seguradora desenhe um plano com essas características.

c. Informar o cliente de que isso apenas será possível caso ele também contrate um PGBL.

d. Buscar um produto no exterior, ainda que sua comercialização não esteja autorizada no País pela SUSEP.

e. Buscar uma EAPC, no mercado, que ofereça esse tipo de cobertura e apresentar para o cliente.

18-A previdência complementar no Brasil é operada por dois tipos de entidades. Em um desses tipos, as entidades são constituídas unicamente sob a forma de sociedades anônimas com o objetivo principal de instituir planos que podem ter coberturas de morte, invalidez e sobrevivência. Trata-se das entidades chamadas:

- a. RGPS.
- b. Entidades Fechadas de Previdência Complementar.
- c. Entidades Abertas de Previdência Complementar.**
- d. RPPS.
- e. Entidades Instituidoras.

19-Maria, que recebe pensão por morte de seu falecido esposo, ficou nervosa com a notícia que abordava as contas da Previdência no valor R\$ 318,4 bilhões no ano de 2019 e sobre possíveis mudanças. Maria teme que o valor de seu benefício diminua. Sobre o princípio da seguridade social que trata diretamente de uma diminuição do valor do benefício, é correto afirmar que:

- a. O princípio diversidade da base de financiamento visa garantir maior estabilidade da Seguridade Social, na medida em que impede que se atribua o ônus do custeio a segmentos específicos da sociedade.
- b. O princípio caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa visa distribuir o resultado negativo da previdência de forma proporcional a todos os que estejam recebendo benefícios.
- c. O princípio diversidade da base de financiamento visa garantir maior estabilidade da seguridade social, na medida em que reduz nominalmente os valores dos benefícios de segmentos específicos da sociedade.
- d. O princípio da irredutibilidade do valor dos benefícios visa reduzir nominalmente as prestações da seguridade social, em caso de déficit previdenciário.

e. O princípio da irredutibilidade do valor dos benefícios visa impedir a redução nominal das prestações da seguridade social.

20-O princípio básico da seguridade social que visa a aproximação dos cidadãos às organizações e aos processos de decisão dos quais dependem seus direitos é:

- a. Equidade na forma de participação do custeio.
- b. Preexistência do custeio em relação aos benefícios ou serviços.
- c. Irredutibilidade do valor dos benefícios.
- d. Diversidade da base de financiamento.

e. Caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa.

21-Quando termina a fase de acumulação de recursos de um PBGL, o participante pode optar por receber à vista o saldo acumulado em sua provisão matemática de benefícios a conceder ou transformá-la em um tipo de renda. A renda mensal a ser paga temporariamente e exclusivamente ao participante, cessando com o seu falecimento ou com o fim do prazo contratado, o que ocorrer primeiro, é conhecida como:

- a. Renda mensal vitalícia com prazo mínimo garantido.
- b. Renda mensal por prazo certo.
- c. Renda mensal vitalícia com reversão ao beneficiário indicado.

d. Renda mensal temporária.

- e. Renda mensal vitalícia.

22-Carlos possui um plano de pecúlio por morte há cinco anos, mas agora, diante de uma urgência financeira, deseja usar parte do seu saldo existente nesse plano. Sobre o interesse de Carlos, é correto afirmar que:

- a. Carlos não pode obter o resgate, pois ainda se encontra em período de carência.

b. Carlos não possui direito ao resgate parcial, pois tal operação é vedada nos planos estruturados na modalidade de benefício definido.

- c. Carlos receberá o pagamento em cheque cruzado, intransferível, crédito em conta-corrente, DOC ou TED, até o quinto dia útil subsequente às respectivas datas determinadas por ele próprio.
- d. Carlos não sofrerá cobrança de quaisquer despesas por ocasião do resgate parcial.
- e. Carlos terá o resgate efetivado com base no valor dos saldos da PMBAC e da provisão técnica de excedentes financeiros até o terceiro dia útil anterior à data de pagamento.

23-Um corretor precisa fazer, para o seu cliente, o desenho de uma solução que considere, além da cobertura por sobrevivência, coberturas de risco. Ele identificou que esse cliente não possui dependentes financeiros e tem dificuldades em administrar o seu dinheiro. Com base nessas informações, a cobertura de risco indicada é:

- a. Pecúlio por invalidez.
- b. Renda por invalidez.**
- c. Pensão aos menores.
- d. Pensão por prazo certo.
- e. Renda por invalidez com prazo mínimo garantido.

24-O valor cobrado para fazer face às despesas administrativas e de comercialização é chamado de:

- a. Carregamento.**
- b. Taxa de incidência.
- c. Taxa de intermediação.
- d. Taxa de inscrição.
- e. Vesting.

25-Um funcionário, ao analisar o plano de previdência complementar disponibilizado por sua empresa, observou a existência de cláusulas de *vesting*. Nesse contexto, em relação ao plano, podemos afirmar que:

- a. O funcionário somente terá acesso ao valor das contribuições feitas pela empresa se trabalhar até se aposentar na mesma.
- b. Trata-se de um plano de previdência complementar coletivo instituído.**
- c. O plano possui critérios para participação, normalmente considerando tempo de casa e salário.
- d. As contribuições feitas por ele, funcionário, serão disponibilizadas, no caso de seu desligamento, de acordo com uma tabela.
- e. A empresa para a qual trabalha tem poderes de representação exclusivamente para contratação, sem participação do custeio.

26-Ao analisar a rentabilidade do seu fundo, um cliente verificou que a taxa de administração desse fundo é de 2%. No entanto, não ficou claro como essa taxa é cobrada. Caso o cliente entre em contato com a central de atendimento da EAPC, ele será informado de que a taxa de administração verificada:

- a. É comum em fundos de investimento, e que ele deverá descontar esse percentual da rentabilidade informada para saber a rentabilidade líquida.
- b. É cobrada apenas caso o fundo apresente rentabilidade positiva.
- c. Será cobrada sobre o valor da contribuição no ato da sua realização e/ou no momento da retirada do dinheiro.
- d. Corresponde ao percentual cobrado diariamente sobre o patrimônio do fundo para cobrir as despesas com administração.
- e. Corresponde ao percentual anual, mas é cobrada diariamente sobre o patrimônio líquido do fundo.**

27-É característica do Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL):

- a. Oferecer garantia de rentabilidade durante a fase de acumulação.
- b. Gerar risco biométrico e financeiro para a EAPC durante o diferimento.
- c. Ser unit link (ou unidade de conta), vinculando a acumulação de recursos de uma conta individualizada.**
- d. Ser estruturado na modalidade de benefício definido.
- e. Oferecer rentabilidade somente pela poupança.

28-Com relação ao plano coletivo das Entidades Abertas de Previdência Complementar – EAPC, podemos afirmar que:

- a. Caso seja disponibilizado ao grupo, sua adesão é obrigatória para os maiores de idade.
- b. É acessível a qualquer pessoa física.
- c. Caso seja disponibilizado ao grupo, sua adesão é obrigatória.
- d. Não é obrigatório que seja disponibilizado a todos os componentes do grupo.
- e. É acessível a pessoas físicas vinculadas a uma pessoa jurídica contratante.**

29-Querendo entender um pouco mais sobre a seguridade social, um corretor buscou a definição apresentada no artigo 194 da Constituição Brasileira e identificou que os direitos por ela assegurados são:

a. Saúde, previdência e assistência social.

- b. Idade avançada, tempo de serviço e incapacidade.
- c. Desemprego involuntário, encargos de família e reclusão.
- d. Morte, invalidez e sobrevivência.
- e. Vida e previdência.

30-André e Patrícia casaram-se em 2010. Naquele mesmo ano, André contratou um plano de pensão no qual Patrícia teria direito a uma renda mensal vitalícia, caso ele (André) viesse a falecer. Em janeiro de 2020, André e Patrícia se divorciaram e, em fevereiro, André casou-se com Mara. Ele quer saber se é possível tirar Patrícia e colocar Mara, sua atual esposa, como beneficiária do plano. Sendo assim, é possível afirmar que:

a. André só poderá alterar o plano caso Patrícia se case novamente.

b. André poderá fazer a alteração por escrito e, se for o caso, com o recálculo das contribuições.

- c. André só poderá alterar o plano se tiver filhos com Mara.
- d. André não poderá alterar o plano, pois a lei não prevê essa possibilidade.
- e. André não poderá alterar o plano, pois não teve filhos com Patrícia.

31-Um cliente entrou em contato com a seguradora para informar que sofreu um acidente e, infelizmente, perdeu uma de suas pernas. Por ter contratado o pecúlio por invalidez, ele deseja dar entrada no seu benefício. Considerando a cobertura do plano contratado, podemos afirmar que o cliente terá direito ao recebimento do capital segurado?

a. Não, pois o pecúlio por invalidez cobre apenas invalidez total e permanente.

- b. Apenas caso ele não tenha sido o causador do acidente ou agido de forma ilícita.
- c. Sim, no entanto, ele deverá ter feito a majoração do risco e pago por isso.
- d. Não, pois o plano contratado não oferece cobertura para acidentes.
- e. Sim, de acordo com a tabela da EAPC, ele receberá um percentual do capital segurado contratado.

32- O corretor Rogério foi procurado por uma pessoa que recebeu um e-mail com o seguinte conteúdo: "As contribuições pagas para o seu plano de previdência podem ser deduzidas da base de cálculo do imposto de renda e, no ato do resgate ou recebimento do benefício, o respectivo valor será tributado integralmente de acordo com a tabela escolhida por você". É importante então que Rogério esclareça que, para poder usufruir desse benefício fiscal, a pessoa deverá cumprir alguns requisitos. São eles:

- a. Declarar imposto de renda e contribuir para um fundo de pensão.
- b. Ter um salário dentro da faixa de dedução e utilizar a declaração completa do imposto de renda.
- c. Ter optado pela dedução no ato da contratação e pela tabela progressiva do imposto de renda.
- d. Estar contribuindo para o RGPS ou para um RPPS e utilizar a declaração completa para o ajuste anual do imposto de renda.**
- e. Ter um plano de previdência obrigatoriamente do tipo PGDL e estar no período de cobertura.

33- Benedito teve um plano de previdência por meio da empresa em que trabalhou durante 27 anos. Devido à idade e por ter cumprido todas as exigências necessárias pelo plano de previdência da empresa, solicitou sua aposentadoria e, hoje, recebe sua renda mensal vitalícia. Sabendo-se que o plano de previdência possui diferentes períodos, em qual período Benedito se encontra?

- a. Período de pagamento do benefício.**
- b. Período de diferimento.
- c. Período de pagamento de renda temporária
- d. Período de diferimento de benefício.
- e. Período de cobertura.

34 - Um cliente está em dúvida entre contratar um PGDL e um VGDL. Um dos pontos que definirá o melhor produto para ele é:

- a. O tipo de renda que deseja ter ao se aposentar.
- b. O valor com o qual deseja contribuir.
- c. O tipo de declaração de imposto de renda feita por ele.**
- d. O risco que deseja correr com seus investimentos.
- e. O período de contribuição.

35-Paulo acabou de contratar um plano de previdência complementar como alternativa de poupança, enquanto seu amigo Pedro já recebe seu benefício de aposentadoria no mesmo plano. Nesse caso, Paulo e Pedro são respectivamente:

a. Segurado e beneficiário.

b. Participante e assistido.

c. Participante e beneficiário.

d. Investidor e participante.

e. Segurado e assistido.